



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

UFVJM E SEU PAPEL NA INCLUSÃO DIGITAL DO DISTRITO DO GUINDA/DIAMANTINA MG

Área Temática: Relato de Experiência, Metodologia e Extensão

Lorena C. Soares¹, Matheus S. S. Pereira¹, Stephany C. Alonso¹, Amanda R. Chaves¹, Arlindo F. Neto¹, Arlete B. Reis*¹

¹Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM- Diamantina MG-

* arlete.reis@ufvjm.edu.br

Resumo

A noção de inclusão digital compreende a expansão de infraestrutura e equipamentos, para o incremento de indicadores sociais em educação, emprego, dentre outras áreas. Levando em consideração que a implantação de processos de inclusão social são mais eficazes quando acompanhados da inclusão digital, está em fase de implementação no telecentro comunitário do distrito do Guinda/Diamantina MG, em apoio com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), um projeto para assistir e capacitar a população local. Dando atenção especial aos jovens, devido à sua natural aptidão para assimilar novas informações, acesso aos benefícios advindos da Internet, tais como pesquisa acadêmica, busca por notícias, utilização de e-mails, informações relativas a temas correlatos às cooperativas, pesquisas escolares, sites de referências, dentre outros e também para habilitá-los para o mercado de trabalho. Deste modo, esperando que no final deste processo se obtenha uma melhora na qualidade de vida dos membros carentes desta comunidade, tendo como foco a utilização dos conhecimentos adquiridos nos cursos oferecidos no telecentro, na cooperativa instalada na comunidade.

Palavras-chave: Inclusão Digital; Exclusão Social; Tecnologia; Comunidade.

1 Introdução

A sociedade atual encontra-se em um estágio no qual grande parte de suas alternativas de desenvolvimento e sobrevivência está em tornar a informação um bem acessível a todas as pessoas, independentemente de seu nível sócio-econômico (LAIPELT, 2006).

Ultimamente, a expressão “inclusão digital” tem sido frequente nos noticiários brasileiros de jornais, revistas e televisão. As notícias dão conta de que este ou aquele órgão do governo ou instituição opera uma ação de inclusão digital numa certa comunidade. É um movimento da iniciativa de variados níveis dos poderes constituídos, de empresas, organizações não governamentais, associações, igrejas, clubes e outras entidades, destinados a capacitar cidadãos de baixa renda de comunidades urbanas. (BRITO, 2005)

A medida que a tecnologia evolui, grande parte da sociedade se torna excluída do acesso a esses novos recursos. Isso ocorre não apenas pelo fato de as comunidades não possuírem acesso aos computadores nas residências, até porque há locais onde qualquer pessoa pode, sem custo algum, ter esse acesso, como em bibliotecas públicas. Mas não basta distribuir os



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

computadores, é preciso ter alguém que aproxime essas pessoas de tais tecnologias, habilitando-as a utilizar os recursos tecnológicos de modo que estes facilitem as atividades normalmente exercidas na comunidade.

Então surge o movimento de inclusão digital, para inserir as pessoas no mundo tecnológico, começando por tornar-se uma obrigação dos poderes públicos. O debate em torno da inclusão digital, na literatura científica, aborda o avanço da tecnologia da informação, que provoca mudanças na maneira dos indivíduos interagirem no meio social (em rede). Considerando que a informação é um dos fatores decisivos para a globalização, essa questão, debatida, sobretudo, na literatura americana sob o título de *digital divide* (exclusão digital), é um desafio a ser superado, por se constituir em um obstáculo aos pilares de uma situação favorável aos atores envolvidos no novo sistema mundo (NEVES; GOMES, 2008).

A inserção do Brasil nesse novo contexto de inclusão foi regulamentada pela oficialização do Programa Sociedade da Informação por meio do Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1999, cuja sua finalidade substantiva é:

[...] alcançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade (BRASIL..., 2000, p.5).

O Programa Sociedade da Informação, exposto no *Livro verde*, (BRASIL, 2000), propõe em um de seus objetivos "[...] contribuir para a efetiva participação social, sustentáculo da democracia política [...]"(BRASIL..., 2000, p.6). Dentre os quesitos de oportunidade do Programa estão listados alguns itens, tais como: a importância da utilização da Internet para o comércio eletrônico (ampliação, diversificação e aperfeiçoamento); a divulgação de negócios e comunicação mais rápida e menos onerosa para as pequenas e médias empresas; geração de um ambiente inovador (empreendedorismo), na geração de novas oportunidades de trabalho, a universalização do acesso (combatendo desigualdades e promovendo a cidadania) e a educação e aprendizado ao longo da vida (desenvolvendo competências).

Na mesma linha, Neves e Gomes (2008) defendem que a inclusão digital poderia ser classificada em cinco níveis interdependentes entre si, de forma que para alcançar um nível superior é necessário que o nível anterior tenha sido plenamente satisfeito. A interdependência entre esses cinco níveis é representada graficamente na Figura 1.

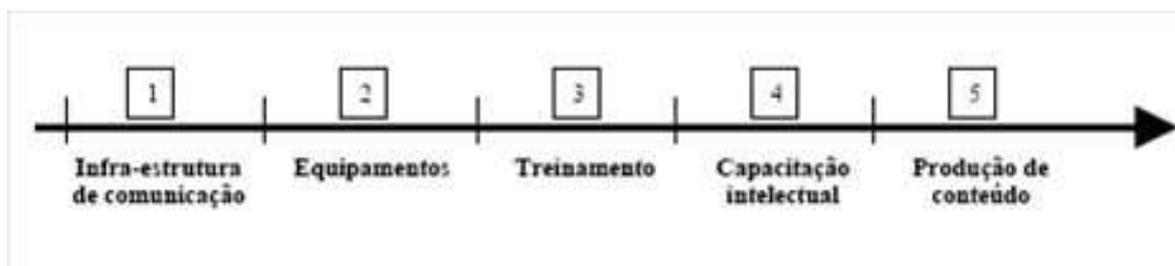


Figura 1 - Cinco dimensões da inclusão digital. Fonte: Neves e Gomes (2008)



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Rondelli (2003) também define quatro passos para a inclusão digital: a oferta de computadores conectados em rede; a criação de oportunidades para que os aprendizados feitos a partir dos suportes técnicos digitais possam ser empregados no cotidiano da vida e do trabalho; a necessidade de políticas públicas e pesquisas que subsidiem as estratégias de inclusão digital; e a exploração do potencial interativo da mídia digital. Ou seja, não bastaria a disponibilização do acesso, mas todo um processo complexo que vai desde a indução de maneira educativa (onde a aprendizagem tem papel fundamental) até a exploração máxima dos meios digitais na atual era da informação.

Assim, no contexto brasileiro, formas organizativas da sociedade civil como organizações não-governamentais (ONGs), movimentos sociais, sindicatos, associações de bairro, universidades, entre outros, passaram a cooperar para a inclusão digital com a criação de telecentros de acesso público.

Os telecentros são espaços com computadores conectados à Internet banda larga, geralmente gratuita. Cada unidade possui microcomputadores para uso livre, oferecendo como atividades cursos de informática básica e oficinas especiais.

Olhando para o distrito do Guinda/Diamantina MG, observou-se a necessidade de proporcionar um curso de capacitação tecnológica, para que os habitantes desta comunidade pudessem usufruir dos recursos disponíveis na internet, assim como facilitar a entrada dos mesmos no mercado de trabalho. O distrito do Guinda/Diamantina MG sinaliza para a implementação de uma cooperativa local, a qual será prontamente atendida, para atividades que envolvam gestão através de recursos computacionais, pela mão de obra devidamente capacitada pelo projeto descrito neste artigo.

A população local será capaz de utilizar os conhecimentos adquiridos para administrar, operar e trabalhar na cooperativa instalada em sua comunidade. Tais conhecimentos podem ser utilizados de forma que os membros da cooperativa tenham um maior sucesso na manutenção da mesma e em seus ganhos, proporcionando melhores condições de vida para a população do Guinda, ressaltando que esta é uma comunidade em que a maior parcela da população é carente. Mostrando em um contexto geral que o uso dessa nova tecnologia é algo realmente útil, que pode melhorar e transformar suas vidas.

Este artigo é parte de um projeto que tem como objetivo contribuir para o aumento de oportunidades na comunidade do distrito do Guinda/Diamantina MG, promovendo e ampliando o processo de inclusão social bem como a criação de cooperativas de trabalho comunitário, satisfazendo de forma consistente e sustentável as necessidades da comunidade. No projeto geral, são contempladas as seguintes metas: realizar um levantamento de dados da população; relacionar as possíveis aptidões e interesses comuns no intuito de implantar cooperativas populares; auxiliar a comunidade nessa inserção de cooperativas populares. Em particular, este artigo contribui com o projeto nas seguintes metas: oferecer cursos de capacitação em informática para gestão das cooperativas; implantar processos de inclusão digital e inclusão social.

2 Exclusão Digital versus Exclusão Social

Analisando os cenários político e econômico em âmbito mundial e em esfera nacional é possível depreender que, apesar de distintas, as populações de diferentes regiões do mundo



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

são desiguais. Sendo assim, a população brasileira também apresenta grande desigualdade, o que divide a sociedade em classes, dos mais favorecidos aos menos favorecidos financeira, cultural e socialmente.

Para Neves e Gomes (2008), outras formas de desigualdade já existentes nos países em desenvolvimento, onde a assimilação das novas tecnologias coexiste com subdesenvolvimento econômico e acentuada desigualdade social, seriam aprofundadas por uma nova forma de exclusão – a exclusão digital. Ou seja, observa-se que na maioria dos casos, a mesma população atingida pela desigualdade social - geralmente pessoas sem acesso à saúde, educação, transporte e moradia dignas – também são digitalmente excluídas.

Filho e Cabral (2010) reiteram a afirmação do Ministro Interino dizendo que a exclusão digital é uma nova forma de exclusão social e, na medida em que provoca muitas desigualdades, o governo brasileiro transformou a inclusão digital em política pública. Lançando um olhar ao passado, nota-se que, a adoção por parte do governo de um problema social como política pública surte efeitos positivos, como por exemplo, a alfabetização tradicional. Esta não seria possível se não tivesse se tornado política pública e gratuita na maioria dos países, como ressaltam Mattos e Chagas (2008).

Ainda de acordo com Almeida e de Paula (2005), existem três grupos de fatores da exclusão social, os quais estão descritos abaixo e ilustrados na Figura 2:

a) Fatores de natureza estrutural: estão relacionados com o funcionamento global das sociedades: tipo de sistema econômico, regras e imposições do sistema financeiro, modelo de desenvolvimento, estrutura e características das relações econômicas internacionais, estratégias transacionais, princípios sociais e ambientais dominantes, paradigmas culturais, condicionantes do sistema político, atitudes e comportamentos face à natureza, modelos de comunicação e de informação, processos de globalização, etc.

b) Fatores de âmbito local: situam-se no quadro das relações e das condições de proximidade que regulam e interferem no cotidiano dos indivíduos. Podem ter origem em áreas tão diversas como: características do mercado local de trabalho, modelo de funcionamento do organismo de administração pública local, preconceitos sociais e culturais, normas e comportamentos locais, estratégias de exclusão de fatores locais (incluindo as associações e outras organizações), etc.

c) Fatores de nível individual e familiar: referem-se às situações experimentadas nos percursos pessoais e familiares, capacidades frustradas ou não valorizadas de incidências negativas, empregos ocupados ou situações de desemprego, qualificações profissionais adquiridas ou ausentes, níveis de remunerações, capacidade aquisitiva, modelos de consumo, grau de escolaridade, etc.

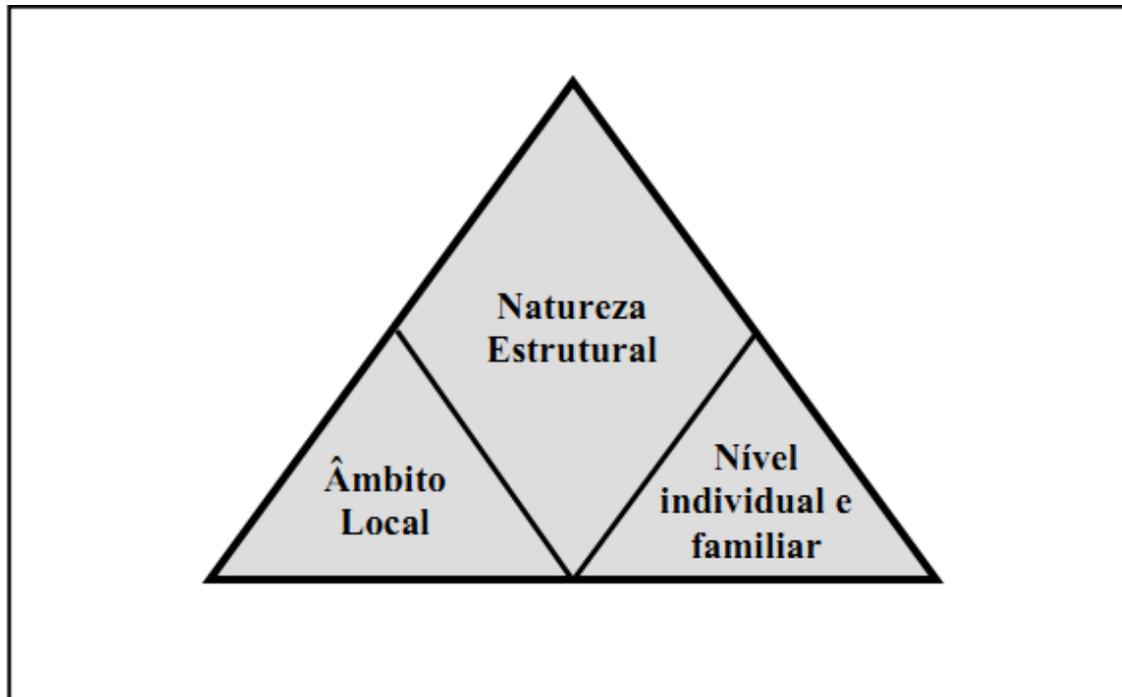


Figura 2 - Grupos de Fatores de Exclusão Social. Fonte: Almeida e de Paula (2005)

Segundo Mattos e Chagas (2008), há o reconhecimento de que a exclusão digital amplia a miséria e coloca obstáculos ao desenvolvimento econômico em geral e ao desenvolvimento das habilidades pessoal em particular. Sendo assim torna-se de suma importância o surgimento de um efetivo movimento nacional de inclusão digital, visando à diminuição da disparidade entre pessoas de baixa e alta renda, ou pessoas de diferentes regiões do país.

Não se pode perder de vista que as comunidades atendidas por telecentros não são carentes apenas de acesso à Internet, são carentes de acesso a informação de um modo geral, bem como de atividades de cultura e lazer e do acesso a bens de consumo (LAIPELT; MOURA; CAREGNATO, 2006).

Silva et al. (2005) consideram fundamental, que a inclusão digital deve ser vista sob o ponto de vista ético, sendo considerada como uma ação que promoverá a conquista da “cidadania digital” e contribuirá para uma sociedade mais igualitária, com a expectativa da inclusão social.

3 Importância da Inclusão Digital

Incluir é pressupor algo que se tem e se pretende passar para alguém (FILHO; CABRAL, 2010). Tendo em vista que os meios de comunicação e obtenção de informações, tais como computadores, Internet e demais ferramentas tecnológicas são recursos desenvolvidos para a evolução e otimização de processos em prol da humanidade, estes devem portanto ser ofertados igualmente à toda a população.

Observa-se já há algum tempo, que as atividades do setor primário (agricultura, mineração, caça, pesca) contam com um número cada vez menor de trabalhadores e que o setor que mais cresce é o setor de serviços, de comunicação, de produção e de gestão de conhecimentos (ALMEIDA; DE PAULA, 2005). O setor de serviços, por sua vez, tem uma crescente



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

demanda por trabalhadores qualificados para exercer tarefas e operar sistemas que dependem cada vez mais do conhecimento de informática. Surge então o questionamento proposto por Almeida e de Paula (2005): “De que adiantaria então as empresas brasileiras investirem tanto em modernizar seus processos, em prover serviços baseados em tecnologia de informação se sua população não está preparada para utilizá-la?” Este talvez seja um dos maiores problemas atuais no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s).

O papel da tecnologia da informação, então, seria o de aproximar problemas de suas possíveis soluções, soluções estas que podem estar em qualquer lugar do Brasil ou do mundo.

Como defende Carvalho (2003), o fato é que o computador já está integrado na vida das pessoas e sem ele será cada vez mais difícil a adaptação das mesmas na sociedade moderna. Porém, o autor também ressalta que capacitação não é um bem que pode ser adquirido de imediato, mesmo com altos investimentos financeiros. Há necessidade de tempo para assimilação da informação e geração do conhecimento.

Da mesma forma, Neves e Gomes (2008) também ressaltam que não bastaria a disponibilização do acesso, mas todo um processo complexo que vai desde a indução de maneira educativa (onde a aprendizagem tem papel fundamental) até a exploração máxima dos meios digitais na atual era da informação. Concomitantemente, Almeida e de Paula confirmam que é importante mostrar às pessoas como as tecnologias podem contribuir para suas tarefas e atividades, trazendo conhecimento e novas oportunidades.

Esses e vários outros autores destacam basicamente a mesma idéia: inclusão digital não significa distribuição de computadores. Além da disponibilização das ferramentas, é de extrema importância o acompanhamento profissional dos digitalmente excluídos, para que o computador passe de mera máquina a instrumento de inclusão digital, obtenção de informação, auxílio nas tarefas cotidianas, enfim, que realmente insira socialmente essas pessoas.

Segundo Almeida e de Paula, a inclusão digital não é apenas um ganho pessoal, mas é um ganho social e até mesmo material, quando se leva em conta a produção da riqueza. A inclusão digital apresenta aspectos relevantes que devem ser levados em conta, tais aspectos são discutidos abaixo e representados na Figura 3.

- a) Conexão: refere-se ao modo como as pessoas têm acesso aos dispositivos de tecnologia da informação e à Internet;
- b) Capacidade: significa as habilidades em informática que um indivíduo tem e que podem melhorar sua qualidade de vida e sua empregabilidade;
- c) Contexto: mesmo que a conexão e a capacidade sejam completamente acessíveis, não há sentido em um acesso ilimitado se não houver um contexto relevante e influenciável;
- d) Confiança e Motivação: são fatores chaves para que as políticas possam se dirigir às pessoas que falharam ao tentar descobrir qualquer razão pessoal para utilizar a tecnologia;
- e) Continuidade: diz respeito a como fazer com que as pessoas que já tiveram algum contato com a tecnologia da informação continuem melhorando e utilizando os conhecimentos adquiridos.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

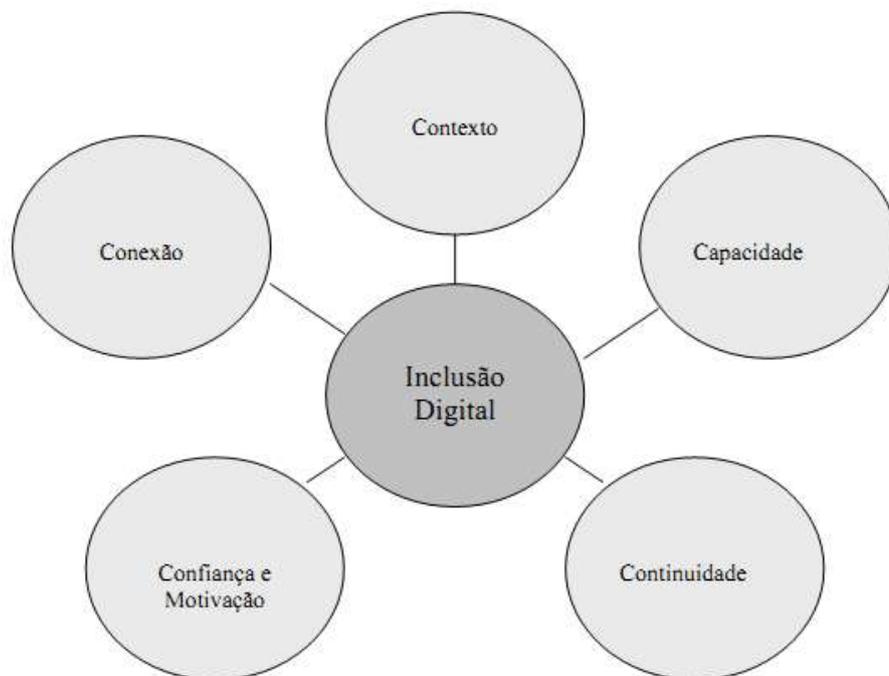


Figura 3 - Aspectos Relevantes para a Inclusão Digital. Fonte: Almeida e de Paula (2005)

Conforme Silva et al. (2005), a Internet é um ambiente de informação complexo para quem não tem familiaridade ou capacitação na busca e recuperação da informação. Almeida e de Paula (2005) complementam essa informação afirmando que a exclusão digital pode ser vista por diferentes ângulos, tanto pelo fato de não ter um computador, ou por não saber utilizá-lo (saber ler) ou ainda por falta de um conhecimento mínimo para manipular a tecnologia com a qual se convive no dia-a-dia.

Três principais desafios para a inclusão digital são apontados por Silvino e Abrahão (2003) e ilustrados na Figura 4.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

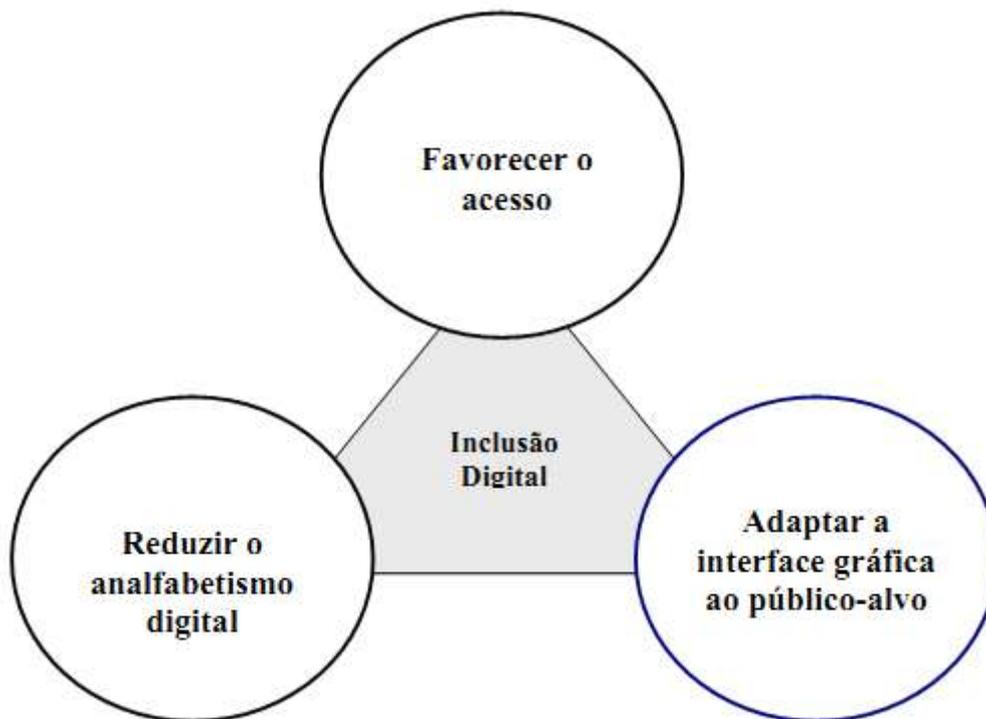


Figura 4 - Desafios para a Inclusão Digital. Fonte: Silvino e Abrahão (2003)

Favorecer o acesso: o governo deve incentivar a inclusão digital oferecendo e favorecendo o acesso da população digitalmente excluída às TIC's.

Reduzir o analfabetismo digital: além de oferecer computadores, é preciso também que haja agentes facilitadores do aprendizado digital, pois como foi dito anteriormente, não basta distribuir máquinas, é imperativa a oferta de cursos e monitores para acompanhar a inserção digital da comunidade.

Adaptar a interface gráfica ao público-alvo: isso inclui facilitar o aprendizado, utilizando símbolos que os usuários reconheçam mais facilmente e que associem à sua função.

O letramento, contudo, é a competência em compreender, assimilar, reelaborar e chegar a um conhecimento que permita uma ação consciente, o que encontra correspondente no letramento digital: saber utilizar as TIC's, saber acessar informações por meio delas, compreendê-las, utilizá-las e com isso mudar o estoque cognitivo e a consciência crítica e agir de forma positiva na vida pessoal e coletiva. Uma pessoa alfabetizada em informação seria aquela capaz de identificar a necessidade de informação, organizá-la e aplicá-la na prática, integrando-a a um corpo de conhecimentos existentes e usando-a na solução de problemas. (SILVA et al., 2005)

De acordo com Laipelt, Moura e Caregnato (2006), existem dois níveis de inclusão digital. No primeiro nível, encontra-se o acesso à informação em meio digital e às TIC's, no sentido do uso passivo das informações. No segundo nível, por outro lado, encontra-se o uso que as pessoas fazem dessa informação, ou seja, a capacidade de transformá-la e aplicá-la em seu benefício e da comunidade a qual pertencem.



4 Resultados

Foram elaboradas apostilas de informática para serem distribuídas a população da comunidade que desejarem participar dos cursos de inclusão digital, com o intuito de que este material auxilie no aprendizado dos alunos, visto que estes acompanharão as aulas através das apostilas e poderão, posteriormente, recorrer às mesmas para revisar o conteúdo ou sanar dúvidas.

Também foi realizada uma visita ao distrito do Guinda, para que os universitários integrantes do projeto conhecessem a comunidade e o ambiente do telecentro e, além disso, fizessem as devidas configurações nos computadores para que estes estejam preparados para funcionar nas aulas de inclusão.

Antes do início as aulas, o que está previsto para terceiro trimestre do corrente, foi realizado um questionário sócio-econômico com os chefes de família que estão participando da cooperativa de sabão no Guinda / Diamantina MG, para assim obter entre outros dados, o nível de instrução de cada cooperado em relação à informática e a idade dos mesmos. O grau de conhecimento foi dividido em três categorias: nenhum conhecimento, nível básico e nível médio. O indivíduo sem nenhum conhecimento, como o próprio nome já diz, é aquele que nunca teve contato com um computador, não reconhece seus componentes e funções. No nível básico se enquadram aqueles que já tiveram algum contato com o computador, porém não sabem operar os sistemas e programas do mesmo. E, finalmente, no nível médio, estão aqueles que já tiveram contato com o computador, conhece algumas de suas funções e programas, mas ainda não tem um conhecimento satisfatório para o mercado de trabalho. A partir disso foi possível relacionar os dados como demonstrado na tabela e no gráfico abaixo:

Tabela 1 - Idade e grau de conhecimento na área da informática

idade/grau de conhecimento	Nenhum conhecimento(1)	Básico (2)	Médio (3)	Total
idade ≤ 20	9	15	1	25
20 < idade ≤ 40	6	3	0	9
40 < idade	6	2	0	8
Total	21	20	1	42



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

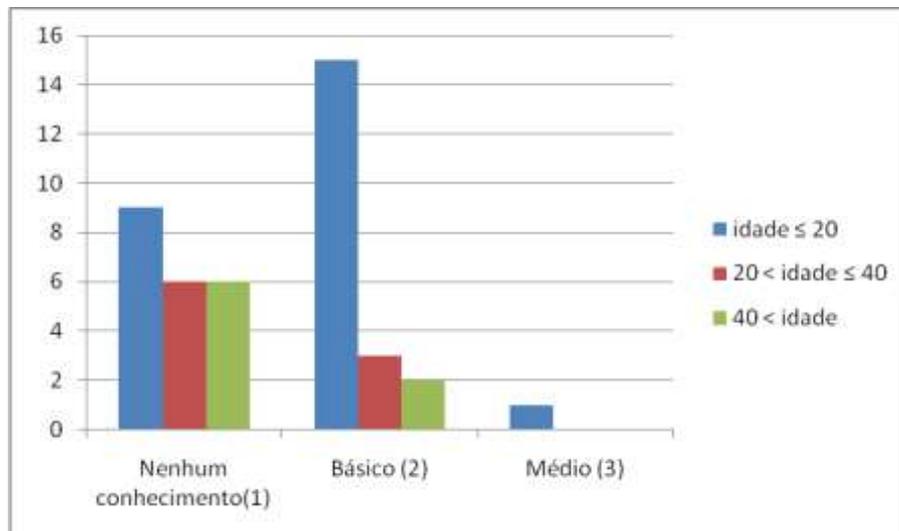


Gráfico 1 - Idade x Grau de conhecimento

Os dados obtidos foram conforme o esperado, visto que a maior procura foi da menor faixa etária (menos de 20 anos), além disso, essas mesmas pessoas são as que possuem um grau de conhecimento mais avançado. Isso ocorre porque estes têm uma maior convivência e interesse com as TIC's nas escolas e com os amigos, e geralmente pessoas mais novas possuem mente aberta para novidades e sentem mais curiosidades, o que explica o maior interesse desenvolvido.

5 Conclusões

Ao chegar a uma comunidade carente, como o Guinda / Diamantina MG muitos são os desafios a superar. Inicialmente, o computador, com toda sua interface gráfica, causa em pessoas que nunca o utilizaram, certo receio, pois acontece algo que uma pessoa que já é familiarizada com o ambiente digital não nota: os programas e interfaces são criados para quem tem o domínio do computador.

Não só a interface complicada causa esse medo das TIC's, mas há outros fatores que também interferem nesse receio, o de âmbito local, por exemplo, que visa romper o preconceito que existe de quem está sendo incluído digitalmente com os profissionais que irão ministrar as aulas. É preciso fazer que os cooperados compreendam que essa tecnologia é para completar e melhorar suas vidas, e, no caso de cooperados mais velhos, é preciso que estes não vejam na diferença de idade entre eles e os ministradores das aulas uma barreira para o aprendizado. Finalmente, existem casos de deficiências, tanto físicas como cognitivas, que acreditamos ser a mais difícil a ser superada, não só para quem ministra as aulas, mas também dessas pessoas que as recebem, mas que ainda não foi abordado nas discussões do artigo.

É preciso que sejam eliminadas essas dificuldades, mas apesar do projeto ser recente notou-se uma expectativa positiva dos cooperados, já que os mesmos se prontificaram a cursar os minicursos oferecidos, além de participarem ativamente nas reuniões da cooperativa e estarem sempre presentes no telecentro. Outro ponto positivo do projeto, é que ele terá continuidade mesmo após o término da atuação da universidade, uma vez que o objetivo do mesmo é fazer



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

com que os membros da comunidade se tornem capacitados para assumir o telecentro no próprio ambiente cooperativo iniciado pelo projeto.

6 Trabalhos Futuros

O projeto de capacitação de pessoas está em fase de implementação no distrito do Guinda/Diamantina MG. Por este motivo, os dados que este trabalho apresenta são apenas relativos aos levantamentos realizados para a sua implementação. No futuro próximo, será possível apresentar dados relativos à experiência de educação digital, a receptividade do material utilizado, duração das oficinas em relação ao conteúdo absorvido, dentre outros resultados que serão coletados com o passar da implementação deste projeto. Espera-se que ao longo de mais um ano, prazo previsto para as oficinas de capacitação serem realizadas no distrito do Guinda/Diamantina MG, seja possível coletar dados relevantes em relação ao impacto deste projeto na comunidade.

7 Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. B.; DE PAULA, L. G. O Retrato da Exclusão Digital na Sociedade Brasileira. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, v.2, p. 55-67, 2005.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. *Sociedade da informação no Brasil: livro verde*. Brasília: Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, 2000.

BRITO, P. J. L. Um Tiro no Escuro: As estratégias e incertezas da inclusão digital no Brasil. 107f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, J. O. F. O papel da interação humano-computador na inclusão digital. *Transinformação*, v.15, p. 75-89, 2003.

FILHO, A. V. C; CABRAL, E.D.T. Inclusão Digital para a Inclusão Social: Perspectivas e paradoxos. *Revista Debates*, v.4, p. 11-28, 2010.

LAIPELT, R. C. F.; MOURA, A. M. M.; CAREGNATO, S. E. Inclusão Digital: laços entre bibliotecas e telecentros. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v.16, n.1, p.285-292, 2006.

LEMOS, A.; COSTA, L. F. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, vol.7, 2005.

MATTOS, F. A. M.; CHAGAS, G. J. N. Desafios para a Inclusão Digital no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.13, p.67-94, 2008.

NEVES, B. C.; GOMES, H. F. A inclusão digital e o contexto brasileiro: uma experiência nos domínios de uma universidade. *Textos universitaris de biblioteconomia i documentació*, v. 21, p. 1-14, 2008.

RONDONELLI, E. *Quatro passos para a inclusão digital*. Sete Pontos, v.5, 2003.

SILVA, H.; JAMBEIRO, O.; LIMA, J.; BRANDÃO, M. A. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 34, p.28-36, 2005.

SILVINO, A. M. D.; ABRAHÃO, J. I. Navegabilidade e Inclusão Digital: Usabilidade e Competência. *RAE-eletrônica*, v. 2, 2003.